

Educação do campo: concepção, contribuições e contradições

MARY CARNEIRO PAIVA OLIVEIRA*

Resumo: Este artigo tem o propósito de compreender o processo de construção da Educação do Campo, referente aos aspectos das contribuições e contradições em que essa concepção de educação se constituiu. Ele ainda traz um comparativo entre a Educação do Campo e a Educação Rural, em que se busca conhecer os interesses e os sujeitos que há por trás da ideologia de cada uma. Para isso, fizemos o uso de uma revisão bibliográfica específica na temática abordada para dar sustentabilidade ao nosso discurso. Em nossos apontamentos conclusivos, apresentamos a possibilidade de compreensão dos propósitos da construção da Educação do Campo em contraponto a Educação Rural. E ainda, que o campo da constituição da educação dos camponeses se realiza mediante seus conflitos e contradições, uma vez que, esta se encontra num projeto de humanização dos sujeitos oprimidos e negados historicamente a uma educação de qualidade. Este texto encontra-se organizado em dois diálogos, o primeiro com o item “Da semente à planta: contribuições para a concepção de Educação do Campo” e o segundo intitulado de “Educação do Campo X Educação Rural: lados e interesses opostos”.

Palavras-chave: educação do campo; movimentos sociais; educação rural.

Abstract: This article aims to understand the process of construction of Rural Education, referring to aspects of the contributions and contradictions on which this conception of education was formed. It still bears a comparison among the conceptions of Rural Education, which seeks to understand the interests and individuals who are behind the ideology of each one. In this way, methodologically, we revised a bibliographic sample about that subject as a background for our discourse. Conclusively, we present the possibility of understanding an alternative proposal of Rural Education. At the same time, we affirm that the education of the peasants is constituted between conflicts and contradictions, since it is a project of humanization of human beings who are historically oppressed and without access to quality education. This article is organized in two parts. The first part has as title "From seed to plant: contributions to conception of Rural Education"; the second part approaches the different views and interests about Rural Education.

Key words: field education; social movements; rural education.



* MARY CARNEIRO PAIVA OLIVEIRA é Graduada em Letras pelo CAMEAM/UERN e especialista em Língua Portuguesa e Matemática numa Perspectiva Transdisciplinar pelo IFRN, e em Psicopedagogia pela FIP. Professora da rede de educação básica estadual e municipal de ensino no município de Marcelino Vieira. Aluna do Programa de Pós-graduação - Mestrado em Educação - POSEDUC/UERN na linha de pesquisa sobre Política e Gestão da Educação.



Fonte: Mary Carneiro, 2010.

1. Introdução

Inúmeros são os desafios encontrados para a efetivação de uma educação que pensasse as especificidades múltiplas que existem no espaço do campo brasileiro, e nesse contexto, temos a Educação do Campo que nasce junto às lutas sociais por políticas educacionais que atendam os povos do campo.

Objetivando compreender essa educação que atende aos interesses e as necessidades do povo camponês, é que realizamos uma breve, mas significativa, revisão bibliográfica sobre Educação do Campo. Para isso, tomamos por base alguns autores como Fernandes (2006), Arroyo (2006), Silva (2006), Caldart (2002), Pereira (2009), Jesus (2006) e entre outros, que vieram nos dar suporte na compreensão da Educação do Campo em relação a sua

concepção, as contribuições e contradições em que ela se construiu e se constrói.

O texto encontra-se dividido em dois diálogos. O primeiro traz a metáfora de uma planta, buscando o entendimento das contribuições na construção da concepção de Educação do Campo – sua origem, quem contribuiu, como foram essas contribuições e o que é a Educação do Campo, intitulado **Da semente à planta: contribuições para a concepção de Educação do Campo**, pois, segundo Molina (2006, p. 10), “a especificidade da Educação do Campo, em relação a outros diálogos sobre educação deve-se ao fato de sua permanente associação com as questões do desenvolvimento e do território no qual ela se enraíza”.

Seguindo o mesmo raciocínio, o segundo diálogo busca pontos de diferenças entre a Educação Rural e a Educação do Campo com o título de **Educação do Campo X Educação Rural: lados e interesses opostos**, onde fizemos um quadro comparativo destas duas concepções para conhecer os interesses e os sujeitos que há por trás da ideologia de cada uma.

1. Da semente à planta: contribuições para a concepção de Educação do Campo

Discutir Educação do Campo sempre é uma tarefa complexa, pois ela é feita da diversidade, de múltiplos olhares e sujeitos – culturais, sociais, políticos e econômicos. E para compreender o diálogo que ora se inicia acerca das perspectivas e desafios que levaram a uma concepção de educação voltada para os povos do campo, é preciso entender suas origens e as contribuições para sua construção. Dessa forma, utilizamos a metáfora da planta – **a semente**, a origem; **o semear**, quem contribuiu; **o regar e o cuidar**, como as contribuições se desenrolaram em sua constituição; **a planta**, o conceito e a concepção de Educação do Campo. Metáfora que mostra a essência do povo camponês em lidar com as coisas em seu entorno.

Traçando um breve contexto histórico do processo de construção da Educação do Campo, que se traduz numa luta antiga dos sujeitos que vivem nas comunidades rurais do Brasil, na busca pelo direito à terra e a uma educação de qualidade voltada para as especificidades do campo, luta que percebemos desde as revoltas populares existentes na nossa história. Isso porque os setores hegemônicos nunca tiveram uma preocupação com os sujeitos que

viviam no campo, que sempre foram vistos como ignorantes, atrasados e de fácil subordinação, e nessa visão, a educação também reproduz essa ideia sobre o povo camponês, como bem nos mostra Pereira (2009, p. 178),

A ideologia dominante sempre considerou o camponês brasileiro como matuto analfabeto, fraco, atrasado, preguiçoso, ingênuo, incapaz; um Jeca Tatu, que precisa ser redimido pela modernidade [...] As escolas implantadas no campo só contribuíram para reforçar essa imagem. Escolas com pedagogias bancárias, importadas da cidade como um pacote pronto: currículo, calendário, cartilha e professor. Todos oriundos da cidade.

A discussão sobre uma educação para o campo no contexto político é bem recente, como nos afirma Fernandes (2006, p. 28): “O conceito Educação do Campo não existia há dez anos.” E nas palavras de Pereira (2009) reforçamos a ideia de contemporaneidade a esse termo, quando este diz, que foi a partir de meados da década de 1990 com os movimentos sociais pressionando o governo é que a Educação do Campo ganhou espaços importantes nos órgãos governamentais, baseados na luta por políticas educacionais que se voltassem para as necessidades específicas do campo.

Nesse sentido é possível compreender que a semente – a origem da Educação do Campo – surgiu da necessidade dos movimentos sociais pela terra, necessitando a implantação de uma política educacional voltada para os assentamentos rurais, oriundos da Reforma Agrária. Segundo Fernandes (2006, p. 28), “para compreender a origem deste conceito é necessário salientar que a Educação do Campo nasceu das demandas dos movimentos

camponeses na construção de uma política educacional para os assentados da reforma agrária.” Foi a partir das ideias dos movimentos sociais que nasceu à concepção de Educação do Campo, que vai além da reforma agrária, pois o campo é diverso, os assentamentos são uma parte do todo que compõe o campo, e assim também é traduzida para a educação, como aponta Fernandes (2006, p. 28) “A Educação na Reforma Agrária é parte da Educação do Campo, compreendida como um processo em construção que contempla em sua lógica a política que pensa a educação como parte essencial para o desenvolvimento do campo”.

Entendidos ou ainda indagados, passaremos a semente desta concepção, onde somos levados a conhecer quem seriam os sujeitos que assim contribuíram para esta construção, a de uma educação voltada para a especificidade do campo brasileiro?

Buscando respostas às nossas indagações é preciso primeiro entender e esboçar alguns conceitos básicos com os quais iremos trabalhar. Trataremos de **movimentos sociais**, com base em Silva (2006, p. 60 e 61),

O termo movimentos sociais será usado tanto para designar o conjunto das lutas sociais, sejam do campo sindical ou popular, adotando a conceituação de Souza (1999) na qual, movimentos sociais como grupos de pessoas com posicionamentos políticos e cognitivos similares, que se sentem parte de um conjunto, além de se perceberem como força social capaz de formar interesses frente a posicionamentos contrários de outros grupos. Pessoas que agem, afirmam posições e se sentem vinculadas. Expressam-se como

correntes de opiniões sobre diversos campos da existência individual e coletiva, sobretudo dos segmentos sociais explorados, oprimidos e subordinados que passam a competir no mercado das ideias e no sentimento de pertencimentos [...] são força social atuante que se manifesta através de organizações e grupos de diversas e divergentes naturezas, amplitude e vigor.

Com essa compreensão de movimentos sociais, podemos então conhecer quem sejam esses sujeitos que formam os movimentos que tanto contribuíram e contribuem para a Educação do Campo, pois eles são partes de um todo que atentam para opiniões e ações semelhantes, pontos de inserção constituindo assim grupos de interesses em comum, que partem do individual para o coletivo, na luta pelo bem comum, manifestando e expressando seus anseios dentro de uma sociedade marcada pelo capitalismo, onde o “ter” se sobrepõe ao “ser” em que o individualismo dita as regras de sobrevivência. Os sujeitos dos movimentos sociais se destacam dentro da contradição vivida na sociedade atual.

Ainda dentro da discussão sobre os sujeitos, faz-se necessário alargar o conceito de educação, porque se os sujeitos dos movimentos sociais camponeses fora um dos maiores contribuintes para a concepção de Educação do Campo, fica explícito que essa concepção não teve seu início num espaço formal, e sim, num espaço não formal de educação. Para entendermos melhor, Silva (2006) amplia o conceito de educação citando Freire e a LDB 9394/96 em que esses apontam que a mesma abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, nas relações humanas, no trabalho, nas

instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos e organizações da sociedade civil, bem como nas manifestações culturais. Afirmando que a centralidade do problema do homem é a sua própria construção, e esse é o objetivo maior do processo educativo formal, não formal e informal. Assim, fica explícito que a educação transpõe os espaços escolares (formais) para os espaços não escolares (não formais e informais).

Nessa conjuntura, entendemos que as práticas educativas nos movimentos sociais do campo são aprendizados desenvolvidos num espaço não formal de educação, pois se caracterizam pela flexibilidade no tempo, no espaço e nos conteúdos, com interesses e objetivos em comum no que é necessário aprender e para que aprender, respeitando a diferença, possibilitando uma maior convivência em grupo, pois buscam pontos de ligação nas ideias individuais com as melhores para o grupo onde ocorrem esses processos educacionais (SILVA, 2006).

No conhecimento que ora estamos trilhando sobre as contribuições que foram dadas para enriquecer a Educação do Campo, já fica presente em nosso diálogo a compreensão da **semente** – origem; do **semear** – sujeitos dessa ação; e se inicia o **regar** e o **cuidar** – como aconteceram às contribuições, ou seja, os processos educativos nos movimentos sociais que contribuíram para uma educação voltada para o povo camponês.

O regar e o cuidar na construção da concepção de Educação do Campo nos leva ao caminho percorrido pelas contribuições dos movimentos sociais, no que se referem as suas práticas pedagógicas, pois, como entende Silva (2006), essa contribuição dos

movimentos sociais para a Educação do Campo resgata práticas educativas gestadas em nosso país que constituíram o arcabouço da educação popular, sendo práticas que desempenharam, e desempenham, um papel importante do ponto de vista ético, político e pedagógico.

Para esse entendimento, Silva (2006) faz um “passeio” na história da educação brasileira, buscando as primeiras manifestações de organizações e educação popular no Brasil, desde o período colonial até a república. Aqui, destacamos alguns desses movimentos sociais e de educação popular: o Movimento de Cultura Popular – MCP¹, os Centros Populares de Cultura (CPCS da UNE)², a Campanha De Pé no Chão também se aprende a ler³, o Movimento de Educação de Base⁴, Movimento da Ação Católica⁵, Movimentos Sociais do Campo⁶.

¹ Criado em maio de 1960, vinculado à prefeitura do Recife, com a meta de elevar a cultura do povo, preparando-o para a vida e para o trabalho, realizando uma articulação permanente entre escolaridade, cultura e formação de base, foi fundamental para a pesquisa que elaborou o método Paulo Freire. (SILVA, 2006)

² Criados em abril de 1961, pela União Nacional dos Estudantes – UNE, abriu caminhos para a politização das questões sociais através do teatro de rua, da edição de livros, discos e filmes, depois enfatizando a alfabetização. (SILVA, 2006)

³ Criada em fevereiro de 1961, pela Secretaria Municipal de Educação do Natal resultou da própria evolução da rede escolar municipal, por meio de diferentes espaços constituídos pela população realizando alfabetização. (SILVA, 2006)

⁴ Optou pela educação das classes camponesas por meio de uma rede de escolas radiofônicas e participação na sindicalização rural. (SILVA, 2006)

⁵ Organizavam o laicato da juventude numa inserção da realidade dos jovens, com uma

Os ensinamentos e aprendizagens com os movimentos e manifestações populares foram muitos, dentre eles: acreditar na educação como formação humana, como emancipação humana e como ação cultural Freire (2011), direcionando-os a Educação do Campo; Silva (2006) cita o aprendizado da liberdade, o aprendizado da perseverança, o aprendizado da autonomia e dos direitos e o aprendizado da diversidade. Caldart (2002, p. 19) ainda aponta para o aprendizado, dizendo que “a perspectiva da educação do campo é exatamente a de educar este povo, estas pessoas que trabalham no campo, para que se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino”.

Com base nos pressupostos das aprendizagens oriundas dos movimentos sociais e de educação popular abordados no parágrafo anterior, é que nos apropriamos da fala de Gohn (2009, p.16) quando esta pontua,

A educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto porque ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo. A cidadania não se constrói por decretos ou intervenções externas, programas ou agentes pré-configurados. Ela se constrói como um processo interno,

metodologia conhecida como Revisão de Vida que usava o método ver-julgar-agir. (SILVA, 2006)

⁶ Surgiram no período de 1954 a 1964 como três organizações que durante suas existências assumiram algumas lutas de forma unificada conseguindo o reconhecimento social e político da categoria camponesa, foram eles: União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Brasil - Ultab, as Ligas Camponesas e o Movimento dos Agricultores Sem Terra – Master. (SILVA, 2006)

no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo das experiências engendradas.

Então, com essa definição que a educação assume nos contributos dos movimentos sociais para a concepção de Educação do Campo, é que a entendemos como uma nova forma de ver, sentir e aprender num contexto diversificado e multicultural que é o campo, através da luta pela cidadania, uma educação que seja **dos** sujeitos do campo e não uma educação **para** esses sujeitos, uma vez que seu conceito se constitui numa construção permanente, permeada de desafios e perspectivas. Assim, chegamos à **planta**, o conceito e a concepção da “Educação do Campo”.

Nesse sentido, apreendemos a Educação do Campo como uma proposta que se inova cotidianamente, baseada nos saberes dos povos do campo, na experiência, na luta por políticas públicas e pelo reconhecimento de que é possível aprender num conjunto heterogêneo e multicultural, que é o ambiente campestre. Deste modo, conceber a educação que respeite a diversidade do povo camponês só é possível considerando o que nos diz Caldart (2002, p. 22),

É um projeto de educação que reafirma como grande finalidade da ação educativa ajudar no desenvolvimento mais pleno do ser humano, na sua humanização e inserção crítica na dinâmica da sociedade de que faz parte; que compreende que os sujeitos se humanizam ou se desumanizam sob condições materiais e relações sociais determinadas; que nos mesmos processos em que produzimos nossa existência nos produzimos como seres humanos; que as práticas sociais, e entre elas especialmente as relações de

trabalho, conformam (formam ou deformam) os sujeitos. É por isso que afirmamos que não há como verdadeiramente educar os sujeitos do campo sem transformar as circunstâncias sociais desumanizantes, e sem prepará-los para ser os sujeitos destas transformações (...).

Apontando para a perspectiva de entendimento nesse discurso, sobre as contribuições dos movimentos sociais camponeses e manifestações populares para a Educação do Campo, alocamos a possibilidade de que talvez seja preciso nos direcionar para as especificidades do espaço camponês, hoje visto como espaço da diversidade cultural, econômica, social, étnico-racial e política.

Portanto, não é possível falar de Educação do Campo sem se voltar para o legado dos movimentos sociais e da educação popular.

2. Educação do campo x Educação Rural: lados e interesses opostos

Dando continuidade ao diálogo iniciado sobre Educação do Campo, não

poderíamos deixar de expor as diferenças existentes entre os conceitos de Educação Rural e do Campo, ponto importante para o entendimento dos interesses dessas duas concepções de educação.

Baseados em Freire (2011) quando este afirma não existir nenhuma teoria ou prática neutra é que precisamos contrapor os lados e os interesses da Educação Rural e da Educação do Campo, pois, convém problematizá-las, onde uma poderá levar a uma ação libertadora e a outra a uma ação conservadora na (re) produção de sujeitos para a vida em sociedade.

Para encontrar pontos divergentes entre essas duas concepções, faremos o uso de um quadro elaborado contendo os interesses e os sujeitos que há por trás de cada uma dessas ideologias educativas, onde nos baseamos em Fernandes (2006), Freire (2011), Pereira (2009), Fernandes et al (2008), Arroyo (2006), Sousa et al (2008), Santos e Germano (2006), Santos (2010), Caldart (2002), Ribeiro (2012) e Santos (2006):

EDUCAÇÃO DO CAMPO	EDUCAÇÃO RURAL
Interesse do povo camponês e dos movimentos sociais do campo;	Interesse capitalista dos empresários, latifundiários, do agronegócio, do assistencialismo e do controle político;
Pedagogia libertadora/oprimido e histórico-crítica;	Pedagogia tradicional e do “improvisado”;
Território do campesinato com seu sistema de policultura;	Território do agronegócio com seu sistema de monocultura;
Currículo, Calendário Escolar voltado para as especificidades dos sujeitos do campo e professor da própria comunidade;	Pacote urbano educacional: Currículo, Calendário Escolar e professor, trazidos da cidade;
Ensino transdisciplinar;	Ensino fragmentado;
Adequada ao modelo sustentável de agricultura familiar com base nos interesses	Adequada aos modelos políticos de desenvolvimento econômico com base nos

dos movimentos sociais do campo;	interesses das classes dominantes;
Contra-hegemônica;	Hegemônica;
Construída a partir dos sujeitos do campo, dos seus valores sociais, econômicos, políticos e culturais;	Elaborada para os sujeitos do campo, com valores externos desvalorizando os modos de vida dos camponeses;
Coletiva;	Individualista;
Olhar da multidade;	Olhar da multissérie;
Ativa, quando os sujeitos são protagonistas da sua história, na luta contra os opressores, com base no diálogo e na coletividade.	Passiva, quando os indivíduos se conformam com a situação de oprimido, onde o medo da liberdade se solidifica na ação antidialógica.

FONTE: Mary Carneiro.

Assim, os pontos contraditórios existentes entre a Educação do Campo e a Rural, se encaminham em oposições de interesses entre os sujeitos para quem foram pensadas.

A Educação do Campo se configura numa educação com interesses dos camponeses, numa pedagogia do oprimido/libertadora como pensa Freire (2011, p. 55) “A pedagogia do oprimido que, no fundo, é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação, tem suas raízes aí”; entendendo o campo/território como um sistema de policultura, baseado na agricultura familiar e sustentável; defende os processos de ensino e aprendizagem com um currículo que valorize também os saberes dos povos do campo, vivenciando a transdisciplinaridade na construção do conhecimento – transcendendo os conteúdos já programado num currículo pronto e acabado; um calendário de acordo com as necessidades existentes na vida dos camponeses, e que o educador seja da comunidade, ou tenha uma identidade com os sujeitos que fazem a escola do campo; ver o educando com idades e tempos diferentes de aprendizagens, não como

caixas a serem depositados conhecimentos; e o principal é concepção dialógica e coletiva que essa educação traz no seu bojo ideológico de emancipação dos sujeitos.

Já a Educação Rural, se apresenta dentro dos interesses capitalistas e do agronegócio, em que vê o campo/território apenas como um espaço de exploração e lucro, através da monocultura, onde os trabalhadores do campo passam a plantar e a cultivar tão somente para os fins da exportação, e não para subsistência da sua família; uma vez que a educação é concebida num pacote urbano, tudo oriundo da cidade, menosprezando os saberes dos povos da terra, fragmentando o ensino e dicotomizando o campo e a cidade, numa “ação antidialógica” (FREIRE, 2011); reforçando a hegemonia e o individualismo, vendo os alunos como gavetas, cada um dentro de uma série, impondo o conhecimento considerado certo para cada compartimento/série.

Sendo assim, nos permitimos deliberar ainda que provisória, a definição dos pontos que discordam a Educação do Campo da Educação Rural. Isso considerando o que Ribeiro (2012)

aporta sobre a divergência desses dois conceitos de educação voltados para os povos do campo, quando coloca o confronto entre a educação rural e a do campo, em que a primeira é negada pela segunda. Em que a **rural** forma o trabalhador para o capital e deste para si, na condição de classe, aceitando os modelos externos educacionais; e a do **campo**, com origem nos movimentos populares de luta pela terra, articulando o trabalho produtivo à educação escolar tendo por bases a cooperação, não admitindo a interferência de modelos externos, e sim, inserida num projeto popular de sociedade, inspirado e sustentado na solidariedade e na dignidade humana camponesa; e não num projeto estrangeiro de sociedade.

3. Considerações finais

O diálogo apresentado sobre Educação do Campo mediante sua concepção, contradição e contribuições, é que nos fez compreender todo o processo existente na elaboração de uma educação que pensasse o campo como multi e heterogêneo, nos modos econômicos, políticos, sociais e culturais dos sujeitos que o compõem.

O processo de constituição da concepção de Educação do Campo encontra-se em construção, na dinâmica dos movimentos sociais e na luta por uma escola de qualidade **do** e **no** campo. As produções sobre essa temática vêm se constituindo num arcabouço para uma possível definição do conceito sobre essa educação que foi pensada **pelos** sujeitos e não **para** os sujeitos do campo, e a academia procura compreender sua conjuntura, para assim, contribuir com pesquisa e a cientificidade desta teoria camponesa de educação.

Assim, para compreender o conceito de Educação do Campo, discutimos o que é Educação do Campo e o percurso da sua construção. De tal modo, que nos levou a possibilidade de uma discussão no nível mais conceitual, onde entendemos existir uma acumulação de práticas, relações e embates, que se caracterizaram geralmente em concepções constituídas pela inófia de uma contraposição, no experimento de abordar o que aquele fenômeno da realidade não é, ou seja, a Educação do Campo não é Educação Rural, exemplificando assim, nosso diálogo nesse texto.

Portanto, fazendo nossas considerações, não finais, mas temporárias, pois a nossa produção segue junto à dinâmica e o empoderamento dos saberes acerca da Educação do Campo, compreendendo que ela possibilita à liberdade e a emancipação num contexto contraditório a sociedade globalizada em que estamos inseridos. E a Educação Rural poderá aprisionar e controlar as ações políticas, aprofundando cada vez mais as desigualdades sociais, culturais e econômicas, sustentando o modelo capitalista de sociedade, desenraizando os povos do campo para uma homogeneidade das identidades camponesas. Embora, entendamos que o rural não é mais o mesmo na contemporaneidade, uma vez que a vida se constrói cotidianamente, assim como a educação do campo.

Referências

- ARROYO, M. G. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. In: MOLINA, M. C. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 103-116.
- CALDART, R. S. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E. J., CERIOLI, P. R., CALDART, R. S. **Educação do Campo: identidade e políticas públicas – Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º 4**. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. p. 18-25.
- FERNANDES, A. G., SOUSA, E. A., CONTE, I. I., MAGGIONI, L., ABREU, M. V., RIBEIRO, M. A pedagogia e as práticas educativas na educação do campo. In: MACHADO, C. L. B., CAMPOS, C. S. S., PALUDO, C. **Teoria e prática da educação: do campo análises de experiências**. Brasília: MDA, 2008. p. 26-41.
- FERNANDES, B. M. Os campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M. C. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 27-39.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GOHN, M. da G. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 2009.
- JESUS, S. M. S. A. As múltiplas inteligibilidades na produção dos conhecimentos, práticas sociais e estratégias de inclusão e participação dos movimentos sociais e sindicais do campo. In: MOLINA, M. C. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 50-58.
- MOLINA, M. C. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- PEREIRA, A. A. **Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba: das Ligas aos Assentamentos Rurais**. João Pessoa: Ideia/Editora Universitária, 2009.
- RIBEIRO, M. Educação Rural. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- SANTOS, F. S. Educação do Campo e Educação Urbana: aproximações e rupturas. **Revista de Educação Educere ET Educare**, v. 1, n. 1, p. 69-72, 2006. Disponível em <http://www.revistaeducamazonia.com/doc/vol%206.pdf>. Acesso em 10.03.2012.
- SANTOS, J. R. Da Educação Rural à Educação do Campo: um enfoque sobre as classes multisseriadas. Disponível em <http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo/da-educacao-rural-a-educacao-do-campo-um-enfoque-sobre-as-classes-multisseriadas/view>. Acesso em 15.03.2012.
- SANTOS, S. C. M.; GERMANO, J. W. Educação do Campo: interfaces com os movimentos sociais. Disponível em www.cchla.ufm.br/humanidades2009/Anais/GT07/7.15.pdf. Acesso em 08.03.2012.
- SOUZA, E. J., ANDRADE, E. F., LIMA, G. A. M., MACHADO, C. L. B. Limites e possibilidades: um olhar sobre o projeto político pedagógico na perspectiva da educação do campo. In: MACHADO, C. L. B., CAMPOS, C. S. S., PALUDO, C. **Teoria e prática da educação: do campo análises de experiências**. Brasília: MDA, 2008. p. 45-59.

Recebido: 2012-08-20

Publicado: 2013-01-03